



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

ATA N.º 25

18.ª SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Aos vinte e quatro dias do mês de fevereiro do ano dois mil e dezassete, nesta cidade de Portalegre, no Auditório do Centro de Congressos da Câmara Municipal reuniu a Assembleia Municipal de Portalegre, com a presença dos seguintes membros: Constantina do Rosário Frota Nunes Andrade Henriques, que preside, António Adriano Ventura, Jorge Manuel Martins Isidro Domingues, Hugo Chichorro e Silva Capote, João Nuno Cativo Cardoso, Luís David de Moreira Testa, Jorge Capitão (em substituição de Sara Cidrais Cid, nos termos do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação), José Miguel Moreira Serafim, Maria da Conceição Barradas Grilo, Amândio José Valente e Valente, Manuela Pedroso (em substituição de Branca José Janeiro Santana, nos termos do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação), Luís Manuel Neves Pires Barata, António Parente (em substituição de Raúl Cordeiro, nos termos do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação), Cristóvão da Conceição Ventura Crespo, Maria da Conceição Ceia Miranda, Ana Maria Soares Lopes, Rui Guerreiro Marques Simplício, Manuel Luís R. Canhoto (em substituição de Ana Carneiro, nos termos do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação), Luís Miguel Páscoa Alentejano, Sílvia Maria Miranda Relvas, Diogo Júlio Serra, Manuel Joaquim Lação Carvalho, João Hermínio Henriques Janeiro, Francisco Manuel Frutuoso Carriço e Artur Jorge Coelho Correia. -----

Não estavam presentes no início da sessão Manuel Marques que deveria representar Vera Caixeiro e Bruno Marchão Calha

A Presidente da Mesa, Constantina Henriques, deu por aberta a sessão às 21:20 horas.

Depois de cumprimentar os presentes informou o Plenário dos tempos propostos para a discussão de cada ponto da ordem de trabalhos, tendo em conta que não se realizou Conferência de Representantes, por impossibilidade de comparência dos mesmos, tendo os membros da Assembleia aceite os tempos definidos pela Mesa. -----

Período de Intervenção dos Cidadãos

Não houve nenhuma inscrição, para intervenção, por parte do público, no Período de Intervenção dos Cidadãos. -----

Período Antes da Ordem do Dia:

A Presidente da Mesa deu conta do expediente enviado e rececionado pela Assembleia Municipal, durante o período de tempo que mediou entre a última sessão e a presente. -----

Prestada a informação referida foi dada a palavra ao Plenário, tendo Hugo Capote dito que a CDU tinha duas moções para apresentar. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Moção - CDU

“A Assembleia Municipal de Portalegre, reunida no dia 24 de fevereiro de 2017, condena os brutais aumentos das tarifas dos lixos. A VALNOR, empresa responsável pelo tratamento do lixo nos 15 concelhos do distrito de Portalegre, mais os restantes 10 concelhos dos distritos de Castelo Branco e Santarém, posteriormente associados ao sistema do Norte Alentejano, pretende proceder ao aumento de forma escandalosa e brutal das tarifas em mais de 100%, subidas que vão dos 30 para os 80€ por tonelada de lixo.

Tais aumentos completamente inaceitáveis são resultado de dois fatores:

- da privatização do grupo EGF, de que faz parte a empresa VALNOR, para o grupo SUMA/Mota Engil, concretizada pelo anterior governo e mantida pelo atual governo;
- e ainda do reforço dos poderes do regulador, a ERSAR, entidade que mesmo à revelia da vontade das Autarquias, tem o poder de fixar as tarifas na lógica da recuperação de custos, assegurando assim a obtenção de receitas presentes e futuras, legalmente garantidas ao operador privado. Lucros esses garantidos mediante uma taxa que funciona como uma renda e que é decisiva para o cálculo dos proveitos. Lucros que antes da privatização, ou eram utilizados para manter/diminuir as tarifas pagas pelos municípios e utentes e reforçavam a capacidade de investimento em instalações, equipamentos, higiene e segurança no trabalho, ao contrário do que sucede hoje, em que é patente a degradação das condições de trabalho e do serviço prestado à comunidade.

Assim, a Assembleia Municipal de Portalegre, reunida a 24.02.17, apela para que se intensifique a luta para impedir estes aumentos e que seja uma realidade comparticipada por todos os Municípios e populações.

Os Municípios que já se manifestaram contra estes aumentos também já avisaram que estes recairão sobre os do costume, ou seja, sobre as populações, agravando bastante a tarifa da água, saneamento e resíduos e prejudicando gravemente as condições de vida e a própria atividade económica na região.

Assim, exortamos a que se faça tudo no parlamento, e fora dele, para que seja concretizada a reversão da privatização da EGF, tarefa urgente e condição essencial para levar por diante uma política de resíduos que sirva as populações, que salvguarde os postos de trabalho e que defenda o meio ambiente.”-----

Não tendo havido qualquer manifestação do Plenário, a moção foi colocada a votação.-----

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 24 votos a favor (2 CLIP, 7 PS, 4 CDU e Jorge Isidro) e 2 abstenções (PSD), em 26 presenças, aprovar a moção apresentada.-----

Moção da CDU - “Apelo à criação da Comunidade Regional do Alto Alentejo, de acordo com a declaração de Tróia, aprovada no congresso AMALENTEJO, realizado a 2 de abril, em Tróia” - foi apresentada por Diogo Júlio.-----

Neste momento entrou na sala Bruno Calha.-----

Moção CDU

Considerando:

- 1 - Os objetivos declarados no documento fundador de AMALENTEJO de pugnar pelo desenvolvimento económico, social, cultural e ambiental do Alentejo e de trabalhar para a valorização, defesa e aprofundamento do Poder Local Democrático;
- 2 - A “Declaração de Tróia” e a decisão constante na mesma de avançar com a criação da Comunidade Regional do Alentejo e desenvolver as iniciativas necessárias, designadamente a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

recolha de 35 mil assinaturas, para a apresentação na Assembleia da República, de um projeto de lei de iniciativa popular que propõe a sua criação;

A Assembleia Municipal de Portalegre na sua reunião de 24 de fevereiro de 2017 delibera:

- a) Reafirmar a sua adesão a AMALENTEJO;
- b) Manifestar o seu acordo com a criação da Comunidade Regional do Alentejo, nos termos constantes da “Declaração de Tróia” aprovada no dia 2 de abril, no congresso AMALENTEJO, que teve lugar em Tróia, com o lema: Mais poder local, mais democracia - melhor Alentejo! E no qual esta assembleia se fez representar.”

O Plenário não teceu quaisquer intervenções à moção.-----

A moção foi colocada a votação.-----

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 17 votos a favor (13 CLIP e 4 CDU) e 10 abstenções (7 PS, 2 PSD, Jorge Isidro), em 27 presenças, aprovar a referida moção.-----

Luís Testa pediu a palavra para intervir e dizer que nos últimos dias tinham sido trazidas a público notícias sobre a distribuição de fundos comunitários para apoio na comparticipação a projetos dos Municípios. Através da comunicação social ficou-se a saber do desgosto que alguns tiveram, ao verem que na distribuição de fundos de vários milhões, para Portalegre tinha vindo muito pouco dinheiro. Perante tais factos perguntou à Presidente da Câmara quais tinham sido as candidaturas que o executivo apresentou para financiamento dos quadros estratégicos, quais os montantes globais de financiamento a que se tinha candidatado e quais os que tinham sido contemplados.-----

A Presidente da Câmara informou que havia um pacote de fundos que ia para a Comunidade Intermunicipal e que depois era negociado entre os 15 Municípios do Alto Alentejo. Relativamente àqueles fundos em concreto, referiu que eram para património e que nunca tinham sido assim contratualizados ao nível da CIMAA. Em sede da dita Comunidade tinha sido discutida aquela questão com todos os Municípios e Portalegre opôs-se a que houvesse contratualização daquela componente, para que pudessem ir buscar dinheiro à parte nacional. No entanto, os outros Municípios acharam que devia ser contratualizado daquela forma e só Portalegre e Marvão é que estavam contra. Esclareceu que ao dividirem o “bolo” a que todos tinham direito, o montante com que ficava cada um dos Municípios era bastante pequeno e estando contratualizado a nível da CIMAA já não podiam ir busca-lo a nível nacional. Portanto tinham de se cingir ao montante que lá estava. Mais tarde houve um retroceder naquela questão e o próprio Presidente da CIMAA apercebeu-se que ao estar contratualizado ao nível da CIMAA já não podia ir buscar dinheiro a nível nacional e solicitou aos Municípios que descontratualizassem uma das alíneas. Posto isso, numa reunião em que esteve presente em Alter, referiu que não se deveria descontratualizar só uma alínea, mas sim todas as alíneas do património, para dar possibilidade de irem às candidaturas nacionais, cujo bolo era muito maior. O que aconteceu foi que não houve mais ninguém a pedir que assim se procedesse tendo ficado todos “amarrados” à contratualização da CIMAA e a única alínea descontratualizada foi a do património classificado. No entanto, havia critérios quanto à questão, pois tudo o que era classificado obrigava a que se fosse lá fora mas o restante tinha de ser dentro da contratualização, vedando assim os acessos a outros fundos. Acrescentou que a nível nacional os critérios definiam que quem tivesse património classificado pela UNESCO passaria à frente dos demais. Disse ainda que embora Portalegre tenha várias candidaturas, de património classificado só tinha o Convento de Santa Clara. Também se concorreu para o Museu das Tapeçarias mas como o mesmo ainda está em vias de classificação não foi contemplado como tal pela CCDR. Portanto, o tempo veio a dar-lhe razão, porque se não tivessem contratualizado a nível da CIMAA poderiam ter ido buscar o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

dinheiro a nível nacional. Mais referiu ter ficado contente por Elvas e Campo Maior, uma vez que o dinheiro vinha para a Região, embora gostasse de ter podido concorrer a outras candidaturas, exatamente ao mesmo item.-----

Luís Testa disse que a Presidente da Câmara se queixava de que não deveria ter sido contratualizado com a CIMAA, porque assim teria tido a oportunidade de ir buscar diretamente ao P.O. Contudo, a regra do P.O. privilegia património classificado pela Unesco, ou melhor, existiam verbas de fundos comunitários que estavam salvaguardadas para património, ainda que não classificado pela UNESCO, mas que poderiam ser afetadas a outro tipo de classificação. Portanto, Portalegre ainda teria a possibilidade de recorrer a elas. A verdade era que os fundos comunitários também escasseavam e não havendo cá património classificado pela Unesco era ainda mais difícil. No entanto, se a Presidente do Município tivesse colocado todas as candidaturas possíveis a concurso, com todas as candidaturas a nível nacional, provavelmente nem sequer os 200.000€ de financiamento dos quadros estruturais para recuperar Santa Clara teria conseguido angariar. Mais disse que a Presidente não tendo conhecimento disso, também não percebia que a contratualização defendia concelhos que não tinham património classificado pela UNESCO. Contudo, o facto de o Município de Portalegre ter candidatado única e exclusivamente dois equipamentos, um deles não elegível (Museu das Tapeçarias) e que a candidatura deste era nula *ab initio*, redundando apenas do Convento de Santa Clara, era algo curto para um pacote daquele género. Perguntou porque é que não tinha havido candidaturas do Município de outro património classificado, que pudesse recolher fundos estruturais para a sua reabilitação. Sugeriu a candidatura para a conservação da Sé Catedral de Portalegre. Em conclusão, disse que a Presidente não estava contra Elvas ou Campo Maior, mas sim contra Portalegre.-----

João Cardoso perguntou à Presidente da Autarquia sobre qual seria o património da Câmara classificado que podia ser alvo de candidatura, naquela alínea em concreto, que não estava contratualizado -----

A Presidente da Câmara, quanto àquela questão, disse não estar nada de acordo com o que tinha sido ali dito. Salientou que esteve presente na assinatura daqueles contratos e só a comunidade intermunicipal do Alto Alentejo (CIMAA) é que tinha a contratualização. Ressalvou o facto de que mais nenhuma CIMAA ter a contratualização dos patrimónios. Estavam lá outros patrimónios como por exemplo Aljustrel e Estremoz, porque não contratualizaram o seu património em nenhum quadro comunitário. Tanto quanto sabia, o único património da Câmara que estava contratualizado era o Convento de St.^a Clara. Havia mais, mas não pertencente à Câmara. Relativamente ao património da Sé Catedral, referiu que tinha estado numa reunião na Diocese com o Vice-presidente, a Diretora Regional, o Bispo e o Cônego, em que foi acordado que o projeto da mesma iria avançar por fases: a primeira fase, mais preocupante, era a da requalificação da catedral; a outra etapa era a referente à requalificação do museu. Aconteceu, porém, que quem estava à frente do projeto não o conseguiu levar a tempo e horas. Teve sempre a preocupação de, junto da Direção Regional da Cultura, tentar acompanhar o que se passava com o projeto da Catedral. Soube que aquele projeto foi entregue três dias antes do término da submissão das candidaturas do património, sem que a direção regional tivesse, previamente, emitido parecer sobre a mesma. Na altura, o que a Diretora Regional referiu foi que não tinham tempo útil para avaliarem a candidatura. Posto aquilo e com muita pena sua e de todos a candidatura em causa não foi entregue a tempo e horas. A culpa não foi do Município, embora a Fundação Robinson ainda tivesse tido em mãos a candidatura, mas a partir de certa altura foi afastada do processo, pura e simplesmente. Acrescentou que a intervenção feita nos claustros da Catedral foi sob a orientação da Câmara e da Fundação e ainda da Direção Regional da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Cultura. Mais disse que a Câmara Municipal de Portalegre sempre se mostrou disponível para ajudar naquela candidatura.-----

Luís Testa disse que a Presidente acabou ali por confessar que não tinha mais nenhuma candidatura elegível, sem ser o Museu de Santa Clara. Ressalvou que não era necessário o património ser propriedade do Município para ser candidatado. Além de que a Presidente tinha deixado de ser capaz de mobilizar as entidades que poderiam beneficiar daquelas candidaturas e, inclusivamente, queixava-se de um afastamento por parte do titular do património, relativamente àquela dita candidatura. A Câmara deveria ser o motor da apresentação de projetos para o concelho mas, em contrapartida, o que a Presidente ali lhes anunciou foi que já nem as entidades confiavam na Câmara para mobilizar as suas candidaturas. O grave da questão era que a autarca não tinha capacidade para liderar uma estratégia, nem ao nível regional, nem ao nível distrital. Portanto, não estavam reunidas as condições para influenciar um outro método, que fosse benéfico para Portalegre e não iria haver muitas mais oportunidades para classificar o património em causa. Alertou ainda para o facto de se visitar, em Portalegre, património classificado, que tinha sido objeto de recuperação recente, onde os fundos comunitários deram um contributo assinalável, mas que estava agora ao abandono e a degradar diariamente (Castelo e Barbacã). Na sua opinião, a atual Presidente da Câmara deveria abdicar de concorrer a candidaturas daquele género, porque qualquer dinheiro gasto a recuperar património era justificado pela falta de ação política na gestão do Município e pelo abandono após a recuperação.-----

Hugo Capote, relativamente ao que disse a Presidente, confessou que não tinha chegado a perceber quem é que devia ter apresentado a candidatura aos fundos comunitários para recuperação da Sé. Se não era a Câmara a responsável, então quem tinha ali falhado a candidatura em tempo útil. Também gostava de saber se era verdade que, no âmbito daquelas candidaturas, a Câmara de Castelo Branco iria abrir um museu para colocar à disposição dos visitantes o espólio da Diocese. Por último, perguntou se o protocolo de cedência do edifício contíguo à Sé catedral ainda existia e se estava assinado. -----

A Presidente da Câmara informou que quem tinha de fazer a candidatura em causa era a Diocese. Embora a Fundação estivesse a orientar, a verdade é que a Diocese afastou a Fundação, tendo toda a legitimidade de recorrer a outros recursos. Não podia dizer quem eram as pessoas que estavam à frente do projeto. Aquando da visita do Presidente da República, percebeu que havia arquitetos que tinham ganho o concurso para a recuperação da Sé e que havia o empenho de outras pessoas na liderança daquela candidatura. Salientou que a Câmara nunca poderia fazer aquela candidatura porque era a entidade licenciadora. Quanto à questão do Museu, disse que não tinha conhecimento de tal e embora o protocolo existisse, nunca foi assinado. Referiu que o protocolo tinha sido elaborado pelos juristas da Câmara, que o mesmo foi enviado e teve ainda várias reuniões com o Cônego e o Bispo mas, até à data, não tinha recebido qualquer resposta. Clarificou que o edifício contíguo à Sé, que era dos antigos Bombeiros, não era destinado para Museu, mas sim para servir de entrada para o mesmo.-----

Luís Testa disse que a Presidente da Câmara era a contradição em pessoa, uma vez que anteriormente tinha dito que, in extremis, tinha conseguido apresentar a candidatura da Sé, que a mesma tinha dado entrada três dias antes do prazo e que só não tinha sido contemplada porque não tinha o parecer prévio da Direção Regional da Cultura. Portanto, a Presidente assumia-se como promotora da candidatura quando lhe interessava, mas afastava-se aquele papel quando lhe deixava de interessar e colocava tal ónus em cima da Diocese. Mais disse que havia ali uma questão a lembrar, pois independentemente de quem liderava as candidaturas, existia o dever do município, bem como do órgão municipal que o dirigia de mobilizar as entidades e submeter as candidaturas em tempo devido, para que merecessem



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

aprovação. Contudo, daquele papel, a Presidente da Câmara já se tinha demitido, quando disse que o Município tinha sido afastado. Gostaria, pois, de perceber porque é que tinha havido tamanha falta de confiança no Município de Portalegre.-----

A Presidente da Câmara referiu que, provavelmente, teria havido ali uma má interpretação das suas palavras e esclareceu que quem tinha colocado a candidatura, três dias antes do término da submissão, tinha sido a Diocese de Portalegre e Castelo Branco. Supunha também que todos ali presentes soubessem porque razão a candidatura em causa não ter avançado. Provavelmente havia era receio de dizer os nomes das pessoas.-----

Luís Testa salientou o facto de não conhecer ninguém que possa ter obstaculizado tal candidatura.-----

A Presidente da Câmara acrescentou que, tanto quanto sabia, houve um contratempo com a pessoa que estava à frente daquela candidatura e que era o Diretor do Museu da Presidência: Dr. Diogo Gaspar.-----

Hugo Capote solicitou à Mesa da Assembleia que elaborasse um documento à Diocese de Portalegre para se saber em que ponto estava o protocolo de cedência do antigo quartel dos Bombeiros Voluntários, no âmbito da recuperação do património.-----

A Presidente da Mesa disse que efetuará o pedido e o encaminharia.-----

Luís Testa perguntou novamente se havia mais algum projeto que a Câmara pudesse ter apresentado em tempo útil.-----

A Presidente da Câmara salientou que estavam todos os dias a apresentar projetos. Naquela medida concreta, referiu não poder apresentar ao P.O. nacional, pois tinha que ser património classificado. Do património classificado do Município, informou que poderiam apresentar os seguintes: “Fundação Robinson”, embora tivesse de ser a própria Fundação a apresentá-lo e “Castelo”, o qual já tinha o projeto entregue no programa Revive. A nível do património natural também apresentaram candidatura do Parque de Campismo e dos Percursos Pedestres, acrescentando que eram cerca de 5 milhões em candidaturas.-----

Luís Testa referiu que a Presidente continuava a elencar um conjunto de candidaturas que tinha prontas mas que depois não as apresentava onde devia. Se não havia P.O. nacional, havia P.O. regional. Portanto, gostava de saber porque é que Portalegre só apresentou a de Santa Clara.-----

A Presidente da Câmara lembrou que também foi apresentada a referente ao Museu de Tapeçarias, mas realçou o facto de já não haver dinheiro dentro da contratualização e o bolo da CIMAA era pequeno. Portanto, teve de se procurar outros programas e, atualmente, o Museu já foi candidatado a um programa do turismo, à parte da contratualização. Foi também o que aconteceu com os outros municípios que não contratualizaram.-----

Luís Testa disse que Portalegre não tinha candidaturas nenhuma porque a Presidente da Câmara tinha outras ideias e não conseguia levar os projetos à contratualização. Referiu que o Museu não foi contemplado por não ser classificado, ou melhor, existia um fator de depreciação daquela candidatura, mas também existia outro património que podia ser candidatado sem aquele fator de depreciação. A Presidente enunciou ali um conjunto que poderia ter sido candidatado em pé de igualdade com o património de outros concelhos, mas demitiu-se de o fazer, tendo ficado só com uma candidatura aprovada. Portanto, o problema



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

foi que a Presidente deixou de colocar as candidaturas a que tínhamos direito a ter e desperdiçou o dinheiro. Em conclusão, salientou que quando certos municípios deixavam de apresentar oportunamente os projetos para angariar fontes de financiamento, quem ficava prejudicado eram os munícipes e, neste caso, quem ficou prejudicado foram os portalegrenses.-----

A Presidente da Câmara disse que gostaria de saber quais as candidaturas que deveriam ter sido apresentadas e não o foram -----

Luís Testa lembrou que eram as já mencionadas anteriormente, pela própria: as do património que fazia parte da esfera do perímetro do Município e que estava classificado, podendo ser candidatado em pé igualdade com o património de outros concelhos. Perguntou ainda à Presidente da Câmara se se esquecia de que havia património que era propriedade do Município, que estava dentro da espaço Robinson e que não pertencia à Fundação e porque é que se tinha demitido de o apresentar. Havia uma coisa que a Presidente da Câmara de Portalegre já não conseguia apagar e que era a falta de competência para gerir o Concelho.

A Presidente da Câmara perguntou qual era o património que estava dentro da fundação e que era do Município, para poder ser candidatado. Lembrou que estava lá uma parte dentro do PEDU. -----

Luís Testa disse que teria de fazer os requerimentos às conservatórias, porque só assim é que a Presidente entenderia. -----

Encerrado este período, passou-se então ao período da Ordem do Dia.-----

1 - Informação da Presidente da Câmara sobre a atividade municipal, nos termos da alínea c), do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

Hugo Capote relativamente à moção sobre Almaraz que aquela Assembleia Municipal tinha aprovado, por unanimidade, em que mandatava a Presidente da Câmara a defender os interesses dos municípios disse que não seria mal pensado mobilizar quer a proteção civil, quer a área da saúde para que, na eventualidade de acontecer uma catástrofe, pudessem estar previstos os meios. Contudo o que era importante era que o novo depósito de detritos nucleares não se construísse e que a central nuclear encerrasse de vez. No relatório ali apresentado não estava qualquer referência a algo que se tivesse feito quanto à questão de Almaraz. Portanto, gostaria de saber se a Presidente estava a cumprir aquilo para que tinha sido mandatada.-----

A Presidente da Câmara disse que já tinha tido uma reunião com o Presidente da Câmara de Castelo Branco para tratar de algumas questões referentes a Almaraz. A nível da Comunidade Intermunicipal disse que tinha sido votado favoravelmente o envio para o Governo e várias instâncias, de modo a que a situação dos resíduos não ocorra e que a central seja desmantelada até 2020. Mais referiu que já tinha conhecimento de que o Governo Português tinha recuado quanto à decisão de pedir às instâncias europeias para intervirem. Parecia-lhe que a questão dos resíduos já não se colocava. Uma das questões que se falou foi a de se enviar para os Tribunais Europeus a situação de Almaraz. Também já tinha solicitado uma reunião com o Alcaide de Badajoz, no âmbito da Triurbir, uma vez que também entrava Cáceres e Placência, para que o assunto chegasse ao Governo Regional da Extremadura. Também disse ter estado presente num colóquio sobre o tema, com o grupo parlamentar “os verdes”, na Escola Superior de Educação de Portalegre.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Cristóvão Crespo, relativamente aos documentos colocados na Plataforma referentes a assuntos que estavam para além da ordem de trabalhos, achava que deveriam ter já decidido sobre a aceitação, ou não, dos mesmos. Em relação ao relatório de atividades, disse que o mesmo tinha mudado o formato e passou a ter uma componente de intenções, mais do que realizações. Lembrou que a competência daquela Assembleia Municipal era fiscalizar a atividade da Câmara Municipal ao longo da documentação que lhes foi enviada, entendia que a informação era claramente escassa. Salientou também o facto de o site da Câmara ter as atas da mesma só até ao número 13, referente a maio de 2016. Tudo aquilo eram sinais de menor respeito em relação ao órgão Assembleia Municipal.-----

A Presidente da Mesa, relativamente aos assuntos que foram colocados na Plataforma na Pasta “Outros Assuntos” e que não estavam incluídos na ordem do dia, disse que efetivamente podia ter-se referido aos mesmos logo no princípio da Ordem do Dia, dizendo que a seguir ao ponto 9 da ordem, se a Assembleia entendesse considerar os mesmos urgentes e se verificassem os dois terços de votos favoráveis, poderiam ser incluídos na ordem do dia e colocados à aprovação. Quanto ao ponto 4, informou que seria para retirar, pois não estava em condições de ser votado, por falta de documentos de suporte enviados à Assembleia.-----

Hugo Capote perguntou à Presidente da Câmara se estava por dentro da nova legislação que regulamentava as Unidades Locais de Saúde, na qual se prevê que um dos Vogais do Conselho de Administração da Unidade Local de Saúde passe a ser indicado pela CIMAA. Segundo sabia, o pedido para indicação do nome já tinha sido feito no princípio do mês, mas ainda não havia ninguém apontado para tal. Perguntou se já sabiam algo mais sobre o assunto.-----

A Presidente da Câmara disse que já tinha perguntado ao Secretário-Geral da CIMAA se o assunto em causa tinha sido agendado para a reunião daquela Comunidade, o qual respondeu que não.-----

2 - Ata n.º 24, relativa à reunião ordinária realizada em 16 de dezembro de 2016

Luís Testa não se encontrava na sala

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 22 votos a favor, 4 abstenções (Luís Ricardo, António Parente, Ana Soares e Jorge Capitão), em 26 presenças, aprovar a referida ata.-----

3 - Municipalização do Serviço de Saneamento;

- Deliberação CMP de 27.12.2016 -

Não houve intervenções sobre este assunto.

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 25 votos a favor (13 CLIP, 7 PS, 4 CDU e Jorge Isidro) e 2 abstenções (2 PSD), em 27 presenças, aprovar o ponto.-----

4 - Concurso Público - Fornecimento de energia elétrica às instalações do Município de Portalegre;

- Deliberação CMP de 23.01.2017 -

A Presidente da Mesa informou que não obstante existir deliberação do executivo para o mesmo vir à Assembleia e daí tê-lo incluído na Ordem do Dia, o assunto não tinha condições



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

para ser votado pois os documentos de suporte do mesmo não tinham chegado à Assembleia tendo dado a palavra à Presidente da Câmara para que explicasse as razões do não envio dos mesmos. A Presidente da Câmara explicou que estavam a aguardar um parecer jurídico que não tinha ficado concluído e referiu que tinham chegado à conclusão que o processo tinha de ser analisado de outra forma e daí o facto de terem solicitado a retirada do mesmo para ir novamente a reunião do executivo e depois à Assembleia.-----

O Vereador Nuno Santana, a quem pediu que clarificasse melhor o que se passou acrescentou que o procedimento em causa foi anulado porque o valor apresentado pelos dois concorrentes excedia o valor base. Posteriormente, abriu-se novo procedimento e depois de analisado pelos serviços jurídicos e pela DOPGU deveria ter ido à Assembleia. No entanto, houve uma alteração a nível de um dos anexos e, portanto, iriam apresentar as alterações na próxima reunião de Câmara e daquela Assembleia Municipal.-----

Rui Simplício, em relação aos concursos públicos, disse serem também uma questão política. Lembrou o facto de os mesmos terem cláusulas e condições. Já ali tinham falado da central nuclear de Almaraz, a qual também tinha donos e acionistas. Portanto, gostaria que o executivo tivesse aquilo em consideração, quando reformulassem o procedimento no concurso em questão. Perguntou quais tinham sido as empresas que tinham concorrido e que ultrapassaram os valores.-----

O Vereador Nuno Santana informou que as empresas concorrentes foram a EDP Comercial e a GALP.-----

Hugo Capote disse que, imaginando que a Iberdrola ou a Endesa concorriam ao concurso para fornecimento de energia elétrica à Câmara de Portalegre, corriam o risco de estarem ali a aprovar uma moção contra Almaraz, mas a trabalhar com a energia elétrica que a própria forneceria. Gostaria pois que o executivo limitasse, através do caderno de encargos, os concorrentes daquele concurso público.-----

Cristóvão Crespo disse que se o ponto estava marcado na ordem, devia à partida ser acompanhado de documentos, independentemente de se verificar depois se eram insuficientes. A Assembleia Municipal não podia estar expurgada de informação. Concerteza que o executivo não iria tomar uma decisão sem base em documentação, fosse ela qual fosse.-----

Luís Testa disse que a questão ali levantada por Hugo Capote era complexa porque Portugal estava integrado no mercado ibérico de eletricidade, o fornecedor em distribuição comprava energia elétrica ao sistema e havia fornecedores de energia ao sistema. Mesmo que se assinasse um contrato com um fornecedor que não fosse detentor daquela central nuclear, em particular, não teriam garantias de não consumir eletricidade lá produzida. Poderiam, efetivamente, não assinar o contrato com os detentores do capital daquela unidade em concreto, mas todos tinham participações em centrais do mesmo género. Relembrou que o partido ecologista “Os verdes” tinha apresentado um projeto interessante na Assembleia da República e que tinha o objetivo de proibir a importação de energia produzida de forma não limpa. No entanto, criar um clausulado excessivamente exigente no caderno de encargos poderia levar a que ninguém estivesse em condições de concorrer ao fornecimento de energia ao Município de Portalegre.-----

Rui Simplício salientou que os países europeus que estavam na vanguarda da produção de energia estavam a abandonar a chamada “energia suja” e a escolher outro tipo de energia. Disse não ser contra a energia suja, mas em que as centrais ainda estivessem “temporalmente” aptas a fornecê-la, até porque era mais barata. De qualquer forma,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

deveriam ter a noção de que a Iberdrola e a Endesa não eram firmas gratas ao Município de Portalegre, na medida em que estavam a fazer todas as negociações possíveis junto do governo espanhol para que aquele pressionasse o governo português.-----

A Presidente da Mesa lembrou os membros presentes de que o ponto sobre o qual estavam a discutir era para retirar da ordem de trabalhos e já tinha sido justificada a sua retirada-----

5 - Adenda ao protocolo celebrado entre o Município de Portalegre e a EDP - Distribuição S.A.;

- Deliberação da CMP de 06.02.2017 -

Não houve intervenções do Plenário.-----

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, em 27 presenças, aprovar o ponto.-----

6 - Proposta de resolução sobre a Fundação Robinson, a remeter aos órgãos sociais da fundação, - Para conhecimento;

- Deliberação CMP de 23.12.2015 -

A Presidente da Mesa explicou ao Plenário que o objeto deste ponto era uma deliberação de 23 de dezembro de 2015, apenas para conhecimento da Assembleia, sobre a proposta de extinção da Fundação Robinson, apresentada pela Presidente da Câmara, cujo teor acabou por ser “remeter aos órgãos da Fundação a apresentação de uma resolução da Fundação”. Acontece que esta deliberação não veio para conhecimento da Assembleia logo na sessão seguinte pois ficou a aguardar-se a pronúncia dos órgãos sociais da Fundação. Acontece que a deliberação do Conselho de Curadores apenas foi remetida ao Município, que não deu conhecimento à Assembleia. Entretanto, a partir de abril de 2016 o executivo começou a trabalhar na proposta de alteração aos Estatutos da Fundação Robinson que, supostamente, deveriam ter tido uma aprovação mais rápida, mas que só agora, em fevereiro de 2017, foram concluídos. Porém, apesar de parecer contraditório trazer agora a deliberação de 2015, para conhecimento, quando também vem os Estatutos a aprovação, o facto é que a mesma existe e não se pode arquivar sem mais, daí a razão do seu agendamento e esta explicação.-----

7 - Nomeação do Conselho de Administração da Fundação Robinson - Para conhecimento;

- Deliberação de 09.02.2017 -

A Presidente da Mesa pediu à Presidente da Câmara que indicasse quem tinham sido os elementos designados para o Conselho de Administração da Fundação Robinson.-----

A Presidente da Câmara informou que o Presidente do Conselho de Administração tinha sido indicado por si, uma vez que fazia parte, por inerência, das suas competências e era o dr. Nuno Oliveira. Mais disse que os outros dois vogais indicados pela Câmara eram o Dr. Paulo Vivas Castanho e o Dr. Francisco Sampaio Soares.-----

Hugo Capote disse que os nomes indicados lhe ofereciam as melhores referências. Esperava que conseguissem tirar a Fundação Robinson do pântano em que estava. Solicitou à Mesa que fosse requerida a presença dos novos elementos numa sessão da Assembleia Municipal, a exemplo daquilo que fizeram com a Administração da ULSNA, para se tentar perceber qual o projeto e as ideias para salvar a Fundação Robinson da difícil situação em que se encontrava.-



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

A Presidente da Mesa sugeriu que na próxima sessão da Assembleia se marcasse então uma data, para convocarem o novo Conselho de Administração da Fundação, dando um tempo à administração para se inteirar dos assuntos e tomar o pulso.-----

João Cardoso saudou o executivo municipal pelo facto de dar um novo fôlego à Fundação, com a escolha da nova administração, para trazer alguma esperança ao futuro da mesma.-----

Rui Simplício disse querer saber o que tinha feito o anterior Conselho de Administração. Havia contas para serem prestadas e não era somente substituir-se o Conselho de Administração, sem mais. A Assembleia Municipal não podia ficar sem saber mais nada sobre o que se passa com aquela Fundação. Afinal porque é que tinha saído a anterior administração, sem dar conhecimento dos motivos. Interessava-lhe saber qual era o passivo da fundação, as dívidas a curto, médio e longo prazo, os encargos com a banca. Provavelmente o novo Conselho também ainda não sabia, em concreto, aqueles dados. No seu entender, deveriam ser votadas ali as contas da Robinson, pois faziam parte do perímetro financeiro da Câmara. Esperava pois, que com a mudança dos estatutos, tal se viesse a verificar.-----

Cristóvão Crespo disse que aqueles quatro pontos sobre a Fundação Robinson mostravam um pouco do que era aquela fundação: extinção; novo conselho de administração; novos estatutos e um plano estratégico. Era uma mistura de questões e, inclusive, a proposta de estatutos era-lhes apresentada “a seco”, sem mais nada relevante. De facto, era pouco para o órgão Assembleia Municipal e fazia sentido que a mesma não fosse chamada somente para aprovar os estatutos daquela Fundação. Era necessária mais transparência.-----

8 - Proposta de alteração estatutária da Fundação Robinson;

- Deliberação CMP de 09.02.2017 -

Luís Testa salientou o facto de que a apresentação daqueles pontos se resumir basicamente, a uma única discussão, a dos estatutos da Fundação em causa. Havia interligações óbvias entre os quatro pontos e parecia-lhe absolutamente estranho que perante assuntos tão importantes como a designação de um novo Conselho de Administração, a apresentação de um plano estratégico não lhes fosse dada qualquer explicação por parte da Presidente da Autarquia. Era inacreditável que uma instituição que ocupava tanto da vida e das contas do Município fosse simplesmente trazida àquela Assembleia para alteração dos Estatutos e para lhe tentarem dar um novo impulso. A falta de crença de quem dirigia a Fundação era ali manifestada de forma tão evidente, que nem uma palavra de ordem foi ali pronunciada. Quando quem presidia a Câmara e assumia a fundação como um projeto político para o futuro, o mínimo que se exigia era que aqueles que encabeçam o processo vissem reconhecida a confiança que o executivo manifestou neles, ali na Assembleia Municipal e, obviamente, pela Presidente. Não podia deixar de interpretar aquele silêncio como inacreditável, da parte da Presidente da Câmara.--

António Ventura disse ter acompanhado a Fundação desde o início e assistiu às derivas e à transformação de objetivos em coisas completamente diferentes das que estavam previstas. Perguntou se o plano estratégico atual era da autoria do novo conselho de administração. Achava extraordinário que uma equipa recém empossada, sem conhecimento dos dossiês fizesse um plano estratégico. Não acreditava em soluções milagrosas, mas oxalá houvesse a capacidade de ir buscar fundos e retirar a Fundação Robinson do fosso de há tanto tempo. Acrescentou que a Fundação servia, não para sorver recursos, mas sim para angariar recursos, porque se era apenas um sorvedouro, então não servia para nada.-----

A Presidente da Câmara referiu que o novo Conselho de Administração teria de se debruçar sobre o plano estratégico e, provavelmente, iriam opinar. Caso houvesse alterações, o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

assunto voltaria à Câmara e, posteriormente, à Assembleia Municipal. O plano em questão foi trabalhado pela Câmara e pelas forças políticas, no sentido de haver o maior consenso possível acerca do mesmo.-----

Jorge Isidro, relativamente à Fundação, disse que as coisas tinham corrido muito mal até ali. Quanto ao plano estratégico, considerava-o um bocado absurdo, uma vez que entrou um conselho de administração e nem tinham estado ali presentes. Era contra a forma como as coisas iam acontecendo. Lamentou o facto da Comissão de que tinham falado, já há muito tempo, para acompanhamento da Fundação Robinson, nunca ter chegado a ser constituída.---

Hugo Capote lembrou que a CDU esteve presente na discussão da alteração estatutária e estavam interessados em que a Fundação exercesse o papel para o qual foi concebida. Portanto, gostariam que a Fundação se mantivesse, mas libertando-a dos vícios e dos moldes anteriores. Portanto, era preciso colocar a Fundação legal, uma vez que não obedecia à lei-quadro que o anterior governo tinha estabelecido. A CDU iria aprovar aqueles novos estatutos, naquela Assembleia. Quanto ao plano estratégico, confirmou que nunca o chegaram a discutir. Parecia-lhe, pois, mais importante que fosse o atual Conselho de Administração a tê-lo apresentado naquela Assembleia. De certa forma, existia alguma desautorização para o Presidente empossado (Nuno Oliveira), a quem era entregue um “guião” para seguir. Perguntou à Presidente da Câmara, relativamente à votação num assunto sobejamente importante para a mesma, porque é que o único voto discordante tinha partido da bancada CLIP, já que o Vereador António Landeiro se tinha absterido.-----

João Cardoso discordou acerca do que foi dito sobre o plano estratégico, pois tinha ouvido dizer várias vezes naquela Assembleia que não havia uma linha orientadora por parte do Município relativamente à Fundação. Aquele era um documento aberto que servia de base às políticas da Fundação, que permitia ao novo Conselho de Administração trabalhar, definindo algumas metas para o futuro. Era também um documento político do executivo para orientar o que a cidade pretendia da Fundação Robinson.-----

Jorge Isidro disse que seria lógico que fosse o novo Conselho de Administração da referida Fundação a elaborar o plano estratégico e a apresentá-lo, do que ser confrontado com um plano já delineado com os caminhos a seguir.-----

Luís Testa disse ter partido do princípio de que o plano estratégico tivesse sido apresentado pelo novo Conselho de Administração, para que o órgão Câmara Municipal o adotasse como plano do Município. Em abono da confiança que o Município deveria depositar nos novos elementos da fundação, teria apenas de definir os objetivos e, de acordo com aqueles, o conselho de administração apresentaria um plano estratégico. Em conclusão, havia ali uma inversão total dos papéis.-----

Diogo Júlio referiu que, tendo em conta que o plano estratégico era somente para conhecimento, era legítimo que tivesse sido o novo Conselho de Administração a elaborar o mesmo, submetê-lo ao executivo e, depois de aprovado, seriam então as balizas sobre o qual atuavam. Caso contrário, o que se estava ali a impor à nova administração eram as mesmas práticas que tinham sido propostas a todos: de não haver um documento quadro que responsabilize o Conselho de Administração e que, nos seus contactos com o executivo, ficasse sempre a definição de se mandarem “recados”. O principal problema da Fundação Robinson era, a seu ver, o incumprimento da Câmara Municipal perante a mesma, independentemente das pessoas que vão passando por lá. Tal situação deveria ficar prontamente resolvida.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

António Ventura disse que o problema da relação entre a Câmara e a Fundação era ambíguo e a questão era que se estava a nomear alguém para seguir as linhas impostas.-----

Jorge Capitão perguntou à Presidente da Câmara se o novo Conselho de Administração tinha tido conhecimento daquela situação antes de ser nomeado; se mesmo tendo conhecimento aceitaram a nomeação; se o plano apresentado era inamovível e inalterável e ainda se havia ou não a possibilidade de o plano ser alterado pelo novo Conselho.-----

A Presidente da Câmara salientou que o documento em questão foi elaborado em aberto, sendo uma versão para ser trabalhada pelo novo Conselho de Administração e teria linhas orientadoras para balizar o que seria a atuação daquele mesmo Conselho, podendo ser alterado, desde que apresentadas as propostas ao executivo camarário. Portanto, o plano seria levado ao Conselho de Administração da Fundação para se poderem debruçar sobre o mesmo, opinar e apresentarem sugestões. Referiu que o novo Conselho de Administração tinha toda a sua confiança, até porque tinha sido indicado por si, teve conhecimento do documento. Acrescentou que como já tinha feito parte do Conselho de Administração da dita Fundação, entendia os constrangimentos inerentes se tivesse estado perante um documento sem margem para ser alterado. Portanto, foi naquela condição que se deu a conhecer o documento e cujas linhas gerais foram tidas como sendo as que deveriam ser seguidas, tendo em conta os objetivos que delineavam a atuação da Fundação Robinson.-----

Rui Simplício, em relação aos estatutos da Fundação Robinson, destacou o facto de que já há três anos que estavam ilegais. Perante tal, perguntou se com a nova administração os estatutos iriam ter o enquadramento legal necessário, conforme era obrigatório. Também já há três anos que era a Câmara Municipal pagava as despesas da Fundação Robinson. Mais referiu que era preciso conhecer as ideias de angariação de receitas para a Fundação e aquilo que o novo Conselho pretende fazer, enquadrando os estatutos. Em conclusão, não acreditava na Fundação Robinson e iria abster-se.-----

António Ventura disse que o documento em causa não se deveria chamar plano estratégico, mas sim linhas orientadoras, porque um plano estratégico não se pode alterar.-----

Luís Testa salientou que existia um conselho consultivo próprio para se pronunciar acerca do referido plano estratégico. Portanto, parecia-lhe que o Conselho de Administração tinha de levar ao tal Conselho Consultivo da Fundação o plano para depois o propor á única entidade que participa na Robinson e que era o Município. Havia ali mais um equívoco da Presidente da Câmara a fazer perigar tudo o resto e incorrerem numa discussão estéril.-----

A Presidente da Mesa disse que os estatutos foram finalmente adaptados para dar cumprimento à Lei-Quadro das Fundações, que foi publicada em 2012. A Fundação Robinson deveria ter adaptado os seus estatutos àquela Lei-Quadro, em 2012, mas tal só acabou por acontecer agora numa altura em que a Fundação tinha deixado de ter Conselho de Administração. O que se verificou foi que quando todos os membros do Conselho de Administração se demitiam, ou se demitia o segundo, sendo o órgão coletivo composto por três elementos o Conselho de Administração deixa de existir, pois deixa de haver quórum para deliberar. Foi neste contexto que a Câmara adaptou os estatutos. Só que, entretanto, decidiu nomear um novo Conselho de Administração. Significa isto que relativamente aos estatutos de 2017 se poderá voltar à estaca zero, pois neste momento com esta nomeação passou, de novo, a existir Conselho de Administração, a quem cabe alterar os estatutos de acordo com os Estatutos de 2005. É portanto possível que os estatutos que agora vem para aprovação possam sofrer adaptações. Da mesma forma, o plano estratégico deve ser entendido como meras linhas orientadoras, por parte de quem de direito, o órgão que administra a Fundação.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Acrescentou que o que iria acontecer era que as pessoas nomeadas iriam apresentar o seu plano. Portanto, de futuro, poderiam ter um plano estratégico diferente do atual, ou não.-----

João Cardoso, após leitura do documento referente ao plano estratégico, depreendeu que era previsto surgirem alterações, pois de acordo com as conjunturas: “tratava-se de um documento dinâmico que deveria ser completado com as propostas dos intervenientes e, com a entrada em vigor dos novos estatutos deverá ser submetido para análise e apropriação pelos mesmos, considerando os seus contributos”. Portanto, o próprio plano acabava por ter aquela abertura e eram, no fundo, as linhas orientadoras para aquele Conselho de Administração.----

Cristóvão Crespo disse que ao Conselho de Administração era dada a missão e não os via a pensar a estratégia. Embora se tratasse de um plano estratégico, tinha demasiado desenvolvimento para ser apenas a linha orientadora. A Câmara apresentava os recursos e esperava resultados com os mesmos, com uma estratégia minimamente definida. A estratégia anterior já tinha passado por várias administrações e não funcionou, portanto para tornar o processo saudável, deveriam começar por chamar uma equipa para trabalhar seriamente.-----

A Rui Simplicio parecia-lhe que a nomeação daquele novo conselho de administração, sob uma lei que não estava em vigor, obrigava-os a voltar ao princípio, tendo que aprovar estatutos e, a partir dali, nomear o Conselho de Administração. Aquelas coisas tinham de ser transparentes e aqueles passos tinham sido uma confusão total. Destacou que desde 2012, havia uma Lei-Quadro das fundações que tinha de ser cumprida; contudo, estávamos em 2017 e a mesma não foi cumprida. Portanto, tudo o que se tinha passado, desde então, era um absurdo, o que o motivou a ter saído sempre da sala, aquando da apresentação das contas e continuaria a fazê-lo. Por último, disse que se fosse necessário voltarem ao princípio, teriam de o fazer para tornar todo aquele processo mais claro e transparente.-----

A Presidente da Mesa informou que iriam votar somente o ponto 8, apesar da antecipação e de o ponto 9 também ter vindo à colação.-----

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou aprovar a proposta de alteração estatutária por maioria, com 25 votos a favor e 2 abstenções (Rui Simplicio e Jorge Isidro), em 27 presenças.

9 - Estratégia da Fundação Robinson para 2017/2027 - Para conhecimento;

- Deliberação de 05.12.2016 -

A Assembleia tomou conhecimento.

A Presidente da Mesa perguntou se alguém se opunha a um intervalo de 10 minutos nos trabalhos. Não havendo objeções fez-se a pausa referida. -----

Retomados os trabalhos foi perguntado ao Plenário se considerava verificada a condição prevista no n.º 2, do art.º 50.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, ou seja se o Plenário reconhecia por maioria de 2/3 dos presentes a urgência na sua inclusão na Ordem do Dia, dos quatro pontos para deliberação, que foram lidos um a um.

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, em 27 presenças, aprovar a inclusão dos referidos quatro pontos, na ordem de trabalhos. -----

- Abertura de procedimento - Ajuste direto - Prestação de serviços para manutenção e assistência técnica das aplicações de informática dos SMAT;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

- Deliberação da CMP de 20.02.2017 -

Não houve intervenções sobre o assunto.-----

Não se encontravam na sala no momento da votação Hugo Capote, Luís Testa, Antonio Ventura e Jorge Isidro. -----

Deliberação: a Assembleia Municipal deliberou aprovar o ponto, por maioria, com 21 votos a favor (13 CLIP, 5 PS, 3 CDU e 2 abstenções (PSD), em 23 presenças, -----

Declaração de voto - PSD - (Cristóvão Crespo)

“A abstenção do PSD vai no sentido em que nós temos um ofício dos SMAT a dizer que: “Nos termos das disposições legais e no cumprimento da deliberação tomada em reunião ordinária, junto envio a V.^a Ex.^a o documento referenciado em título.” mas a Assembleia Municipal não tem documento nenhum, tem uma deliberação e tem um ofício dos serviços municipalizados. Portanto, presumimos que é uma boa causa mas não podemos votar favoravelmente um documento que nos vem instruído desta forma.”-----

A Presidente informou que os documentos estavam todos na plataforma da Assembleia e o processo em causa estava também lá, na íntegra, tendo sido confirmado e demonstrado através do seu computador, a inclusão dos documentos na Plataforma. -----

- Abertura de procedimento - Concurso público - Prestação de serviços de sistema de informação inerentes à gestão comercial de águas, saneamento, resíduos sólidos urbanos e serviços diversos prestados;

- Deliberação de 20.02.2017 -

Não houve intervenções sobre o ponto.-----

Não se encontravam na sala no momento da votação Hugo Capote, Luís Testa, Antonio Ventura e Jorge Isidro.

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou aprovar o ponto, por maioria, com 21 votos a favor (13 CLIP, 5 PS, 3 CDU e 2 abstenções (PSD), em 23 presenças, -----

- ICTVR - Aquisição de bens constantes dos autos de penhora do Tribunal de Trabalho de Portalegre;

- Deliberação de 20.02.2017 -

Diogo Júlio disse que apesar do seu Grupo ir votar favoravelmente o ponto era bom lembrar o facto de se ter adquirido um equipamento que em parte já havia sido pago, porque se tratava de uma empresa que abriu insolvência e em que os municípios já haviam participado nos seus custos. Realçou também o facto de, em 2006, quando o professor Gastão veio a público culpando tudo e todos daquele triste resultado, a Presidente da Câmara lhe ter dito que o Município iria tomar uma posição. Perante tal, quis saber se o Município iria, ou não, contradizer as palavras do Professor Gastão, que apontava várias entidades responsáveis pelo descalabro, cujo resultado estava a vista em parte.-----

A Presidente da Câmara respondeu que a Câmara já tinha deliberado para que se tivesse acesso às atas do ICTVR e, nesse sentido, foi oficiado o antigo Presidente de Administração do ICTVR para que se fizesse um auto para a abertura das ditas atas, de modo a perceber melhor



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

o assunto à volta do ICTVR. Após análise das atas, poderiam então equacionar uma resposta ao que foi dito na comunicação social. -----

Não havendo outras intervenções foi colocado o ponto a votação.-----

Luís Testa voltou à sala.-----

No momento da votação não estavam na sala António Ventura e Jorge Isidro.

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou aprovar o ponto, por maioria, com 23 votos a favor e 1 abstenção (Constantina Henriques), em 24 presenças. -----

Hugo Capote voltou à sala. -----

- 1.ª Revisão ao orçamento e às grandes opções do plano da Câmara Municipal de Portalegre/2017;

- Deliberação da CMP de 22.02.2017 -

A Presidente da Mesa informou que aquela questão tinha ido no dia 21.02 à reunião do Conselho Intermunicipal e no dia 22.02 à reunião de Câmara.-----

Luís Testa salientou que o Partido Socialista tinha votado contra o orçamento camarário para este ano civil (2017) e tinha apresentado as razões para tal. Contudo, volvidos apenas dois meses, já havia necessidade de se estar a aprovar uma revisão ao orçamento, a qual ia no sentido das razões que o PS tinha justificado para votar o seu voto contra o orçamento.

Recordou que tinha sido com grande espanto que o PS não viu reconhecido no documento previsional a inclusão da remodelação da Escola Cristóvão Falcão, uma vez que todos os municípios estavam a incluir a remodelação das respetivas escolas para fazer face às candidaturas que já se adivinhavam naquela altura, em virtude de uma manifestação que o Governo transmitiu à comunidade em geral e na comunicação social.

Mais referiu ter percorrido deliberações de vários municípios, de todos os partidos, no distrito e todos eles já previam aquele investimento e a assunção das contrapartidas nacionais.

Entendia que seria melhor ter um orçamento bom do que ter um orçamento mau e aquela revisão ia ao encontro das preocupações anteriormente ali manifestadas, as quais não acautelavam as previsões de investimento do Município.

Portanto, apesar de ser previsível que o Município devesse adotar aquela candidatura como tarefa para o corrente ano e verter aquela previsão no orçamento, não o fez e o facto era que chegados a fevereiro estavam perante a necessidade de rever o orçamento, a qual seria votada favoravelmente pelo seu grupo partidário.-----

Cristóvão Crespo disse ser estranho estar-se a fazer já uma revisão ao orçamento. Em relação ao que foi dito acerca das escolas, acrescentou que o Ministério da Educação deveria suportar integralmente as obras. Houve, efetivamente, pouca seriedade da parte do governo no compromisso assumido e lamentava tamanho desrespeito.-----

Luís Testa disse que quem tinha desenhado o atual quadro comunitário de apoio não tinha sido o governo em vigência. Salientou que a Região Alentejo tinha ficado de fora daquele esquema aritmético de distribuição das contrapartidas nacionais, que estavam a ser aplicadas noutras regiões, por virtude de um entendimento de que as escolas a remodelar não eram única e exclusivamente competência da administração central e também englobavam uma componente de competência da esfera municipal. Portanto, deveria haver uma repartição dos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

custos inerentes, porque o ensino básico era da competência dos Municípios.-----

Cristóvão Crespo disse que tinha havido um compromisso por parte do governo em relação àquelas questões em que foi assumido o que foi prometido. O que alguns concordavam ou deixavam de concordar, de pouco adiantava à resolução do problema. -----

Luís Testa disse que não podia deixar passar em claro que não tinha sido aquele Governo que contratualizou com a união europeia o presente quadro comunitário de apoio (QCA) Portugal 2020, o qual considerou estar errado, em diversas matérias. Mais disse que o atual governo se tinha deparado com um QCA que não estabelecia as verdadeiras prioridades do país. Mais disse que o membro Cristóvão Crespo queria fazer, nos dias de hoje, obras e participações de investimentos com regras que não suportavam tais investimentos e com as quais o deputado Crespo tinha estado de acordo com o Governo que as negociou. -----

Cristóvão Crespo disse que em termos de negociações governamentais teriam de falar de muitas mais situações mas não era ali o local apropriado. -----

Luís Testa solicitou a palavra para encerrar aquela discussão e salientou que o membro Cristóvão Crespo não podia infletir argumentos que eram falseados. Portanto, chamou a atenção à Assembleia para serem confrontados os argumentos do mesmo com a realidade.----

Hugo Capote perguntou se a requalificação da escola Cristóvão Falcão não implicaria uma municipalização da escola com os encargos inerentes.-----

A Presidente da Câmara informou que o Município iria colocar metade da participação nacional (7,5 dos 15%). Mais disse que, na altura, não foi inscrito em orçamento porque não sabiam o valor. Referiu ainda que dos quinze Municípios, só cinco é que tinham mapeado escolas, os quais tiveram de enviar à CIMAA para ser aceite pelos outros Municípios e só depois poderia entrar o dinheiro. Informou que o que tinha sido decidido pelos cinco municípios foi que aceitariam fazer a obra e serem gestores da mesma, mas que quando terminasse a obra devolveriam a gestão da escola ao Ministério da Educação. -----

Cristóvão Crespo disse que a última afirmação da parte da Presidente da Câmara era o corolário daquela discussão: a Câmara estava a fazer obra para o Ministério da Educação.-----

Rui Simplício disse que perante a afirmação do membro Crespo, gostaria que ficasse registado que a Câmara Municipal estava a participar uma obra para melhorar as condições da Escola Cristóvão Falcão e para servir melhor os alunos de Portalegre.-----

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou aprovar o ponto, por unanimidade, em 25 presenças (13 CLIP, 6 PS, 4 CDU, 2 PSD).-----

Declaração de voto – PSD (Cristóvão Crespo)

“Lamentamos a posição que o governo tomou nisto. Votámos favoravelmente porque pensamos que a proposta e as obras são necessárias. É indiscutível para nós isso. Agora temos é que sinalizar a pouca seriedade do governo em relação a este processo. A última intervenção que ouvimos do PS era exatamente isso: “A Câmara de Portalegre estava a melhorar uma escola para os alunos de Portalegre”, uma obrigação que impenderia sobre o governo central.”



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Declaração de voto – PS (Luís Testa)

“O PS congratula-se com esta revisão orçamental, embora tardia, porque achávamos que esta previsão de investimento já devia ter sido contemplada no orçamento inicial. Para mais, lamentamos que o anterior governo não tenha inscrito verba suficiente na contratualização com a união europeia, o que impossibilita agora de o Estado assumir a totalidade da contrapartida nacional.”

Aprovação da ata em minuta:

A Presidente da Mesa chamou a atenção dos presentes para a necessidade de ser efetuada a votação à minuta da ata. Após votação dos membros, foi a mesma aprovada, por unanimidade dos 25 presentes na sala. -----

FALTAS: Nos termos da alínea j), do art.º 29.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Mesa da Assembleia Municipal marcou falta a Manuel Marques. -----

ENCERRAMENTO:

=====

Não havendo mais assuntos a tratar foi, pela Presidente da Mesa, encerrada a 18.ª sessão ordinária da Assembleia Municipal, eram 00H20, do dia 25 de fevereiro do ano de 2017 e da mesma foi lavrada a presente ata, que será devidamente assinada, nos termos da lei. -----